

## **Trabalho, mulher e políticas públicas: protagonismo social de trabalhadoras rurais de Capelinha, Alto Jequitinhonha /MG**

**Maria do Rosário Sampaio.<sup>1</sup>**

**Resumo:** Artigo extraído de pesquisa sobre determinações do trabalho na prática política de seis presidentes de associações rurais de Capelinha/MG, estas abordadas em grupo focal e história de vida. O consórcio capitalismo-Estado as condena a viver na orientalidade brasileira, no império da pequena política de oligarquia de igual latitude. A condição subalterna as obriga a estabelecer relações com a hegemonia que se alternam entre resistir ou consensuar. Inovações tecnológicas as aproximaram do que antes fora distante, quando informações sobre políticas públicas modificaram suas necessidades e relações com o poder público, do qual cobram acesso aos bens sociais. Teses marxianas nortearam a intervenção social, quando o trabalho coletivo fez resultar em avanços, destacando a luta pelo ensino superior público, visto como instrumento para reduzir a migração de jovens trabalhadores e para a preservação de sua saúde, uma vez que, se diplomados, recusarão empregos nos canaviais “paulistas”.

Palavras chaves: Trabalho. Mulher. Política. Hegemonia. Sociedade civil.

**Abstract:** Article extracted from research on the determinations of the work on the political practice of six presidents of rural associations Capelinha / MG, addressed in these focus groups and life history. Conditionalities of capital – minimum state condemn these women to life in Brazilian orientality, in the empire of small political oligarchy of equal latitude. The subordinate status requires them to establish political relations with the hegemony that alternate between antagonize or covenant. Technological innovations approached the far off than before, when public policy information modified their needs and their relations with the government, which requires access to social rights. Marxian theses guided the social intervention and collective work did result in advances, highlighting the fight for public higher education as the instrument to reduce the migration of young workers and preserving your health since, if graduates refuse jobs in the cane fields "São Paulo".

Key words: Work. Woman. Politics. Hegemony. Civil society

---

<sup>1</sup> Fontes financiadoras: FUNDACENTRO/MG, FAPERJ, PPGSS/UERJ.  
E-mail: maria.sampaio@fundacentro.gov.br



## Introdução

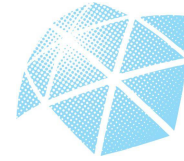
As transformações do papel social da mulher mobilizam pesquisadoras(es) desde o movimento feminista dos anos 1970, quando enfatizaram sua inserção no mercado de trabalho (SAFFIOTI, 1985; LAVINAS, 1996; BRUSCHINI, 2011;). Na atualidade, este leque foi ampliado, passando a examinar também a sua dimensão política. Este texto percorre trilha similar, uma vez que aborda o trabalho, o fundante do ser social (LUCÁKS, 2010), tangenciando-o à política, outra centralidade social.

Os moventes que sustentam este artigo abarcam desde a seleção do território geopolítico à especificidade da temática de estudo, pinçada do complexo emaranhado inerente ao processo de reprodução em geral (MARX, 1984) e, em particular, da reprodução capitalista em ambiência social determinada. O entrelaçamento desses dois processos produz a realidade contrastante da qual se extraíram os “objetos” – trabalho e política –, colocando em relevo os sujeitos – mulheres – que animam este texto.

Numa ambiência predominantemente masculina e tradicional, sua comunidade quilombola as elegeu presidentes de suas associações rurais, legitimando sua inserção na sociedade civil-política (GRAMSCI, 2005). Invisíveis para a hegemonia local, as comunidades quilombolas aqui tratadas vivem em regime de economia natural e adotam usualmente o “vício da virtude” (OLIVEIRA, 2006) na solução de suas necessidades práticas. Quando da ineficácia de soluções caseiras ou “mutirões” para questões mais complexas da reprodução da vida, elas acionam o poder público, que usualmente as ignora. De suas reações à inação do poder público, emergem as determinações do seu trabalho sobre sua prática política, reafirmando assim a relação simbiótica entre os dois processos centrais da sociabilidade humana.

## Metodologia: caminhos do pensamento, contexto social e sujeitos

Este artigo relata particularidades do processo de reprodução social, enfatizando as determinações do trabalho sobre a prática política de mulheres trabalhadoras que exercitam seu potencial humano em organizações da sociedade civil rural de Capelinha/MG. Para esclarecer a trilha teórica percorrida, assinalamos que compreendemos o trabalho como processo fundante da realidade humanizada, por isso considerado categoria fundamental,



enquanto a política foi definida como constitutivo interfacial, cuja indispensabilidade à formação do ser social a eleva ao mesmo estatuto de trabalho. O terceiro tema examinado – Mulher – tornou-se sujeito de pesquisa e categoria analítica por integrar o campo de estudo compreendido como “relações sociais de gênero”.

A problemática fundamental em análise – o trabalho e suas intercorrências no processo de participação política de mulheres historicamente marcadas pela subalternidade – foi abordada sob pressupostos marxianos. Estes aqui defendidos como meios de apreensão adequados à realidade cindida criada pelo homem e complementados por categorias políticas oriundas da interpretação gramsciana. A decisão leva em conta que os determinantes sociais na vida dos sujeitos da pesquisa são resultantes do ordenamento próprio do capital imperialismo para os países de economia dependente, a exemplo da maior queixa do grupo focal, que é a histórica migração de jovens trabalhadores, ditada por fins exclusivos de sobrevivência, ou mesmo os sinais exteriores de acumulação de riqueza ao lado das evidências da fome (LÊNIN, 1985; LUXEMBURGO, 1988; FONTES, 2010; 2008).

Desse modo, as premissas marxianas e gramscianas associadas subsidiaram o texto no terreno em que este devia necessariamente se desenvolver: o trabalho. Reconhecendo os *constraints* que o complexo dos complexos – o ser social e seu processo de reprodução social em geral, a temática em sua totalidade – nos impõe (LUCÁKS, 2010), decidimos dele extrair o que para os autores da crítica social o inicia: o trabalho e uma de suas interfaces, a política, quando examinamos as incidências do trabalho no processo de participação política de grupos de mulheres subalternas em Capelinha/MG. Além disso, e de modo a enfatizar especificidades contidas neste texto, importa ressaltar que adotamos como pressuposto fundamental que o trabalho contém *in germe* todas as mediações necessárias à reprodução social, concordando, assim, com os autores referidos. Não perdemos de vista que o binômio Trabalho-Política ora abordado se desenrola num país de capitalismo tardio e dependente, um modo de inserção negativo para seus trabalhadores.

De todo modo, isso quer dizer que sua sustentação se dá, necessariamente, pela apropriação privada dos meios de produção, um complexo que deve responder ao seu imperativo existencial, que é o de dividir e manter as classes e suas frações em proprietários dos meios de produção, e seus oponentes em proprietários da força de

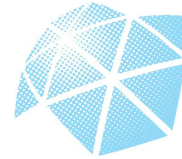


trabalho. Enquanto os primeiros são proprietários das mercadorias que os últimos produzem, os últimos são eles mesmos a própria mercadoria, composta pelo seu todo orgânico, o qual deve ser recomposto diariamente. Entretanto, em suas franjas, restam modos outros de vida, formados pelo conjunto de “terceiras pessoas” (LUXEMBURGO, 1988) e importantes mecanismos no processo de reprodução ampliada do capital. O grupo em estudo integra este conjunto.

À investigação interessava compreender experiências de mulheres subalternas no engendramento de sua existência política aos olhos das frações dominantes. Para acessar as sutilezas da política, o caminho mais seguro seria abordar a concretude de seu trabalho porque neste estão resguardados os germens de novos processos, incluindo o político. Na abordagem da trajetória de vida-trabalho deste grupo da subalternidade foram adotados procedimentos da pesquisa qualitativa (MINAYO, 1993) referenciados pelo materialismo histórico (MARX e ENGELS, 1985) e pela filosofia da práxis.(GRAMSCI,2005). Após inventário bibliográfico dos temas fundamentais à pesquisa – centralidade do trabalho e reprodução social no Vale do Jequitinhonha, trabalho feminino no Brasil, Política e Estado – e discussões transversais sobre pobreza e políticas públicas, cultura jequitinhonhesa, povos quilombolas, migração, selecionamos a cidade amostra de região pauperizada de povos tradicionais de Minas Gerais, onde a pesquisa de campo foi desenvolvida. As marcas desse território negativamente estigmatizado também alcançaram sua população trabalhadora despossuída, razão concorrente para que racionalidade metodológica acolhesse a concepção de pesquisa que recomenda implicações do pesquisador social na realidade em exame.(MARX ,ENGELS,1985; GRAMSCI,1985)

### **Prática política de mulheres jequitinhonhesas: a luta por acesso às políticas públicas**

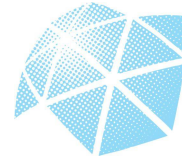
O Vale do Jequitinhonha, região ao nordeste de Minas Gerais, foi escolhido como região de estudo pela aridez de sua realidade, sendo Capelinha a cidade amostra. Nos anos de 1970, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou relatório sobre a negatividade de seus indicadores sociais e, ao classificá-la como uma das regiões mais pobres do mundo, fez com que o Jequitinhonha se transformasse em conteúdo esporádico da mídia nacional, atraindo pesquisadores. Estes se interessaram em conhecer sua realidade, particularmente sua histórica migração, o processo de acumulação originária que ali tinha



lugar, a emergência das relações capitalistas, etc. A recém inserida economia capitalista abalou de imediato os pilares da cultura tradicional da região, debilitando a agricultura, o patriarcalismo, o compadrio, o coletivismo e a religiosidade exacerbada. Inaugurou a carteira de trabalho e injetou liquidez ao comércio local, decretou o fim da prática das cadernetas de compras a “fiado”. Entretanto, a histórica pobreza de seu povo se agudizou, vez sua autonomia na produção da vida foi substituída pela migração e trabalho temporário nos canaviais paulistas.

Acerca dessa região como lócus de investigação, Ribeiro (1997), em sua historiografia sobre o Jequitinhonha, assinala um hiato das pesquisas sobre a região que vai até à década de 70 – marco da inserção de suas relações “propriamente capitalistas” –, quando pesquisadores a recortam para exame. De certo modo, os autores (MARTINS, 1986, MOURA, 1988; SILVA, 1999) são pioneiros porque escolheram examinar uma região que, de absolutamente esquecida, passou a ser tema de pesquisa recorrente após suas publicações. Eles analisaram o correr da vida no Vale do Jequitinhonha mostrando o poder dos “bandeirantes” do agronegócio em avançar em terras camponesas e no cotidiano do lavrador vivendo em condições similares às formações pré-capitalistas examinadas por Marx (1984). Desde então, a região se transformou: as terras devolutas de floresta nativa ou mesmo as pequenas roças camponesas foram ocupadas por grandes agroindústrias de monocultura de eucalipto, alterando radicalmente a região, do clima à sua cultura outrora singular.

Nesse espaço geopolítico vive o grupo de mulheres que deu origem a este texto. Elas integram o conjunto das “terceiras pessoas” necessárias à reprodução capitalista (LUXEMBURGO, 1988), vez que estão excluídas da riqueza socialmente produzida e também não são alcançadas por todas as políticas públicas de Estado. Por outro lado, suas comunidades participam da economia local/global ao negociarem seus produtos em feira livre e ao comprarem produtos transformados no comércio local. Além disso, a pequena parcela restante das terras de seus ancestrais extrema com propriedades de grande multinacional do *agrobusiness*, com a qual elas travam relacionamento. Neste sentido, as seis mulheres do grupo pertencem ao mundo da economia natural (LUXEMBURGO, 1988) ou trabalho próprio (MARX, ENGELS, 1985), Entretanto, também se movimentam na esfera da economia capitalista e, por isso, a alienação impetrada pela hegemonia



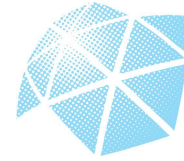
apropriadora privada dos recursos naturais/sociais também as alcança. Isto significa que estas mulheres, embora contribuindo para a geração da riqueza nacional, não usufruem dos benefícios sociais do Estado, ora porque, como partícipes da economia natural, não acedem aos direitos trabalhistas, ora porque não possuem garantia de acesso às políticas de assistência social sob responsabilidade da hegemonia local, geridas por critérios subjetivos.

A entrada no lócus de pesquisa revelou com maior nitidez o sujeito de pesquisa que deveria ser abordado. Procurávamos por mulheres trabalhadoras que secundariamente exercitassem seu potencial político à frente da sociedade civil-política, nos termos gramscianos. Em conversa com a gerente da EMATER local, identificamos 14 mulheres à frente de entidades civis. De posse das informações sobre a gestão destes organismos, selecionamos seis mulheres rurais que se destacavam num universo predominantemente masculino e que ultrapassavam o papel social (organização de festas, batizados, ajuda a parturientes, missas, funerais, casamentos, coordenação de mutirões, etc.), desempenhando também papéis políticos, enfrentando o poder local sem nenhum temor porque “a prefeitura não favorece em nada, então não temos nada a perder”. As seis presidentes-trabalhadoras rurais apreciaram nossos propósitos e métodos e aceitaram participar voluntariamente do grupo de pesquisa.

O trabalho de campo se desenvolveu durante oito meses, quando as seis mulheres constituíram o grupo focal onde narravam suas histórias de vida, sua trajetória de trabalho e as formas de sua inserção política. Realizamos entrevistas individuais e coletivas. As primeiras para abordagem de singularidades de qualquer ser, as segundas para discutir os problemas de sua comunidade e descobrir meios de solucioná-los. Com sua anuência, gravamos as entrevistas que, após sistematização, transformaram-se em tese e agora apoiam este texto. As marcas desse território negativamente estigmatizado também alcançaram sua população trabalhadora despossuída, razão concorrente para que racionalidade metodológica acolhesse a concepção de pesquisa recomenda implicações do pesquisador social na realidade em exame.(MARX ,ENGELS,1985;GRAMSCI,1985)

## **Resultados**

As comunidades de origem dos sujeitos de pesquisa enfrentam dificuldades na produção de sua existência, cuja gênese se debita à posição dos subalternos na divisão do trabalho da

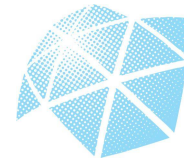


reprodução capitalista (MARX, 1984), esta determinando formas de acesso das classes sociais às políticas públicas. Como representantes legítimas destes povos, as mulheres buscam solução para questões dadas como cruciais. A condição de subalternas as obriga a criar mecanismos de enfrentamento ao grupo opressor, alternando-se entre resistir ou consensuar. A tardia inserção no sistema capitalista e um Estado reduzido marcam negativamente essa região, condenando-as a viver na orientalidade política (GRAMSCI, 2005,1985) do Brasil. Assim, as entrevistadas vivem no império da pequena política (COUTINHO, 2010) gerida por uma oligarquia de igual latitude.

Da ausência do Estado no seio dos povos tradicionais, emergiu o “vício da virtude” (OLIVEIRA, 2006): eles organizam mutirões para a construção de aparatos sociais e de lazer, plantam, colhem produtos que movimentam sua economia primitiva em feira livre. Uma vez formal e legitimamente inseridas na sociedade civil, as eleitas percebem este espaço como apropriado para a disputa dos interesses de sua comunidade, quando enfrentam a hegemonia no interior do bloco histórico (GRUPPI,1977). Seus interesses estão relacionados ao acesso aos direitos fundamentais assegurados pela Constituição de 1988, visto que a totalidade de seu conjunto ainda não alcançou os povos tradicionais do Jequitinhonha.

Além da presidência de suas entidades, elas participam de um Conselho Rural que congrega 52 associações rurais. Destas, 42 são presididas por homens e outras 10 por mulheres. Testemunhamos, por ocasião de um encontro com representantes do poder público, que as seis partícipes não se mostram acanhadas neste universo predominantemente masculino que frequentam mensalmente. Assistimos quando quando enfrentaram o poder público com a veemência que nenhum presidente homem ousou. Desta feita, reclamavam manutenção de ponte, de estradas, e soluções para a educação de seus filhos.

Como se tratava de pesquisa de intervenção social na realidade social examinada para, em alguma medida, transformá-la (MARX, 1984), prestamos orientações a essas mulheres quanto à formalização de suas demandas junto às secretarias municipais, órgãos do Estado e Ministério Público. Suas associações foram cadastradas no Sistema Nacional de Convênios (SINCONV), do governo federal, e as orientamos quanto à elaboração de



projetos, instrumentalizando-as para o processo de concorrência às verbas públicas disponíveis para este segmento.

Adotamos os recursos da mídia e comunicação online – blogs e páginas de Facebook –, que divulgaram os conflitos existentes, gerando reações positivas dos grupos urbanos, obrigando a hegemonia a se posicionar diante dos problemas anunciados. Acompanhamos reuniões promovidas por associações comunitárias e conselhos municipais dos quais as entrevistadas participam e de reuniões de órgãos da sociedade política (EMATER, secretarias municipais); participamos de suas manifestações culturais e religiosas. Juntas, realizamos leilões para arrecadar dinheiro para terminar obras de uma igreja; formamos mutirão para terminar a construção de uma padaria comunitária abandonada pelo novo prefeito; elaboramos projetos dirigidos às empresas locais e solicitamos patrocínio de suas atividades culturais ou para seus “pequenos empreendimentos”, quando ganharam uma máquina para fazer fraldas e materiais faltantes às obras da padaria comunitária já mencionada.

Foram observados avanços durante a pesquisa, vez que nossos textos em blogs e Facebook evidenciaram a irresolutividade do poder público diante de questões sociais básicas, mostrando o enorme descaso da hegemonia para com suas precárias condições de vida e de trabalho. A população urbana teve ciência das dificuldades de vida da população rural, cujas requisições poderiam ser facilmente atendidas por envolverem custos financeiros muito baixos. Foram identificadas mudanças de tratamento da hegemonia em relação às demandas dessas mulheres após tais publicações: anunciaram e cumpriram medidas para a pavimentação ou o cascalhamento de estradas; a adequaram o transporte às necessidades dos alunos e ao seu horário escolar, substituíram a titular da Secretaria de Educação, executaram manutenção de pontes, iniciaram a construção de sede própria da casa do artesão, etc. Da movimentação política do grupo, ressaltamos a organização do movimento pelo ensino superior público e gratuito, uma luta que agregou também mulheres da cidade. Neste embate pelo ensino superior, as mulheres mobilizaram suas comunidades vizinhas, dividiram tarefas, coletaram 20 mil assinaturas (não virtuais) favoráveis à implantação de campus universitário público, reuniram-se com a reitoria e deputados e participaram de reunião com titular da Secretaria de Ensino Superior (SESU). A hegemonia, pressionada, atendeu suas exigências adquirindo terreno para sediar o





campus de Universidade Federal da região. No momento, aguardam que o MEC cumpra sua parte acordada com as forças sociais da comunidade. Registre-se que o período eleitoral (2012) se aproximava, favorecendo o atendimento parcial de suas reivindicações.

### **Conclusão**

As inovações tecnológicas aproximaram tudo o que um dia fora distante, encurtando distâncias entre Estado e povos tradicionais. Estes acederam a informações sobre seus direitos, sejam à cidade ou a políticas públicas, elementos que modificaram suas necessidades e suas relações com o poder. Estas passaram a ser mediadas por suas organizações, conselhos e associações comunitárias rurais, seis delas presididas pelas mulheres entrevistadas. Elas lutam pelo essencial: estradas “cascalhadas”, assistência médica, educação de qualidade. Embora lutem ao longo de suas vidas, elas permaneceram invisíveis por décadas. Empreendem esforço cotidiano para conquistar direitos que, embora consagrados em lei, ainda não lhes alcançam conforme a prescrição. Longe da passividade com que são julgadas, estas mulheres adquiriram potencialidade política que incomoda a hegemonia que as instrumentaliza, todavia, dentro de certos limites, elas também aprenderam a usá-la quando lhes convém, jogando com as armas de que dispõem na luta pela equanimidade do acesso a direitos que são seus e de todos.



## Referencias bibliográficas

BRUSCHINI C.; LOMBARDI, M.R. **Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios.** In: BARSTED, Leila L.; PITANGUY, Jacqueline (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003–2010.** Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

COUTINHO, C.N. **A hegemonia da pequena política.** In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R; RISEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

LAVINAS, Lena. **As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro.** *Revista Estudos Feministas*, n. 2/96, ano 4, p. 464-479, 2º sem. 1996.

LENIN, V.I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo.** São Paulo: Global Editora, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1988. V.1.

LUKÀCS, Georg. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo, 2010.

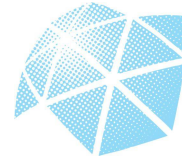
MARTINS, J, Souza. **Não há terra para plantar neste verão: do cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: processo de produção do capital.** DIFEL: São Paulo, 1984. Livros I e II.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Ed. Moraes, 1985.

MINAYO. M.C. Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MORAES SILVA M.A. **Errantes do fim de século.** São Paulo: UNESP, 1999.



MOURA, M. Margarida. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. **O vício da virtude**: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Novos Estud. – CEBRAP, São Paulo, n. 74, mar. 2006.

RIBEIRO, E. Magalhães. **As estradas da vida história da terra, fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha**, Minas Gerais. 1997. (Tese de doutorado) – UNICAMP – IFCH, Campinas, 1997  
SAFIOTTI, Heleieth I.B. **Força de trabalho feminino no Brasil**: no interior das cifras. Rev. Perspectivas, São Paulo, n.8, p. 95-141, 1985.